

Amazônia: uma periferia que ecoa da floresta paraense

Pensar as periferias sem perceber a periferia amazônica em específico é mais uma vez sinalizar para o fato de que uma parcela do Brasil ainda não atentou-se, nem tampouco reconhece, o papel estratégico e singular da Amazônia na construção da multidimensionalidade cultural, social e econômica do Brasil.

A periferia na Amazônia paraense constitui-se de um processo permanente de pobreza e ausência de políticas públicas, similar ao que configura as periferias no Brasil, salvaguardada sua diversidade geográfica, ambiental, étnica e cultural. Contudo, para delimitarmos melhor o sentido do termo periferia, podemos compreendê-lo tanto a partir do olhar territorial, como sendo aquele espaço localizado à margem, como também, e complementarmente, pelo olhar sociológico, como sendo um local socialmente excluído.

Ao longo de sua história, a Amazônia brasileira passou por vários ciclos econômicos os quais, via de regra, lhe impuseram o papel de fornecedora de matérias-primas para o Brasil e para o mundo, seja no período das drogas do sertão, da borracha ou, mais recentemente, dos grandes projetos militares para a exploração dos minérios. Modelo esse que obedecia aos interesses de fora da região, excluindo a população local e promovendo alterações no comportamento geográfico, fazendo com que a população Amazônia se torne urbana chegando a patamares de 74% de seu povo morando nas cidades. O fenômeno de maior responsabilidade da urbanização na Amazônia é a concentração de terras por meio das grilagem e da força do latifúndio, que destina a maior parcelas de suas terras a pecuária e a monocultura.

Aqui vamos nos ater, basicamente, à discussão sobre as periferias do estado do Pará, estado que é a segunda maior unidade da federação em território, com uma área de 1.248,000 km², pouco menor que o Peru e a 13^a maior entidade subnacional do mundo. Os 144 municípios do Pará possuem 8.366.628 habitantes. Este território, que contém o maior contingente populacional da região norte, guarda, sob seu manto verde, a maior periferia da floresta.

São homens e mulheres do campo, das águas, dos quilombos, das aldeias e das cidades que experimentam há séculos um estado permanente de pauperização e invisibilidade social e política, dentro de uma construção histórica pensada pelas elites locais.

É imperativo que a região da Amazônia brasileira não seja percebida apenas pelos seus aspectos ambientais, faunísticos, biológicos ou hídricos, contudo, perceber que neste pedaço de chão também vivem sonhos invisibilizados pela força da bala, concentração de renda e terras.

Uma singularidade da periferia da Amazônia paraense são seus territórios ribeirinhos, compreendidos pelas mais de cinquenta ilhas nos rios Guamá e Pará e suas respectivas margens de sete municípios da Grande Belém (Acará,

Barcarena, Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara e Benevides). Somente em Belém, 40% do território do município é composto por suas ilhas. Fora as ilhas de Outeiro e Mosqueiro, trata-se de áreas com serviço de transporte fluvial precário, irregular e caro.

As ilhas são habitadas por mais de seis mil famílias de ribeirinhos, moradores ainda fortemente relacionado ao modo de vida tradicional, com baixo acesso a serviços públicos.

Para explicar melhor a configuração do quadro social da periferia da Amazônia paraense é necessário observar o conjunto dos indicadores sociais que promovem o estado de penumbra perene de um povo que resiste ao permanente sonho do povo cabano.

O Pará possui mais de quatrocentos mil desempregados até 2017. Se fizermos um recorte de 2014 a 2017, teve um crescimento de 74% no número de desempregados, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (PNAD) de 2017.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, aponta que, 1.345.215 pessoas vivem atualmente em extrema pobreza no Pará. Ou seja, são famílias com renda mensal per capita de até R\$85, conforme a lei que regulamenta o Programa Bolsa Família.

Os dados do IBGE ainda apontam que dos vinte municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no Brasil, nove são da ilha do Marajó. No que se refere à moradia, nacionalmente o déficit habitacional é em torno de 12%. Isto quer dizer que de 57 milhões de domicílios, há aproximadamente 1,9 milhão em situações precárias. No Pará, há 1,8 milhão de habitações e o déficit habitacional é de 423 mil, correspondendo a 23% do total. Há, ainda, 26% de domicílios sem banheiros.

No último levantamento no estado do Pará, segundo o Atlas da Violência, de 2005 a 2015, houve um aumento de 62,7% nas taxas de homicídios. Em números absolutos, foram cerca de 3.675 homicídios no estado inteiro.

Uma pessoa foi assassinada a cada duas horas no Pará, só no mês de janeiro deste ano. Foram 370 homicídios, a maioria com características de execução. E 370 pessoas foram vítimas de homicídio do dia 1º ao dia 31 de janeiro, o que indica um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo período de 2017.

Foram 130 mortes na Grande Belém e 240 mortos no interior do estado. Uma média de quase doze pessoas assassinadas por dia, uma a cada duas horas. Em relação aos municípios mais violentos, em 2015, com mais de 100 mil habitantes, Altamira, no Pará, lidera a lista.

Outro aspecto importante da violência no Pará são as mortes motivadas pela homofobia, ocorreram dezenove assassinatos de pessoas da comunidade LGBT em 2017. E, neste ano de 2018, mais uma morte no centro da cidade, de uma travesti, marca a cena da homofobia na capital paraense.

Importante a ser observado é que as características dos homicídios nas periferias das cidades paraenses possuem perfil de execução, motivados pela falsa e famigerada guerra às drogas que tomou conta da ação do Estado.

As periferias paraenses têm seu solo manchado por sangue, uma vez que o Estado e seu desgoverno são partidários da ação repressora e punitivista, sob o manto de uma política de segurança necrófila.

Outro importante aspecto da periferização e pauperização da população paraense aparece em pesquisas que mostram a educação como uma das piores do país.

O Estado tem a mais alta taxa de evasão em todas as etapas de ensino, chegando a 16% no ensino médio, ante 12% da média nacional. É o que aponta o Censo Escolar, que contém os indicadores de fluxo escolar, divulgado pela primeira vez pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação.

Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), apontam que o estado do Pará tem mais de 8%, de crianças e adolescentes, com 4 a 17 anos, fora das escolas. São quase 176 mil pessoas em idade escolar e que não estão devidamente matriculadas. Nos anos iniciais do ensino médio, a ausência da escola é ainda maior: 25%, e nos anos finais chega a 13%.

As longas distâncias e o profundo isolamento de comunidades ribeirinhas são vistos por especialistas do Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) como um fator a ser considerado no indicador do Pará, que chega a 16% no ensino médio e está acima da média nacional ao longo de todos os anos escolares.

A Lei do Saneamento (nº 11.445/2007) completa uma década, e apenas 15% dos municípios do Pará realizaram seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Isso significa que, de um total de 144 cidades paraenses, apenas 21 cumpriram a obrigação prevista na legislação, que estabelece as diretrizes para o acesso ao saneamento básico em todo o país e engloba os serviços de água, esgoto, lixo e drenagem. O Pará está abaixo da média nacional, onde 30,4% das cidades brasileiras têm planos municipais de saneamento básico.

Todos esses elementos mensurados sob fortes aspectos científicos corroboram em afirmar que a periferia da Amazônia paraense compartilha de enormes similaridades com as demais periferias do Brasil.

Deste modo, torna-se fundamental que, para pensar uma saída ao quadro absoluto de pauperização das classes trabalhadoras no Brasil e uma alternativa viável as periferias deste país, ouvir e dialogar com o estado do Pará cumpre um papel singular na construção da identidade política das periferias brasileiras, sob o prisma do signo amazônico, tendo em vista seu papel territorial, populacional, ambiental e étnico na Região Norte.

Pensar a periferia amazônica sob o microcosmo do estado do Pará é permitir visibilizar, no conjunto das contradições sociais, uma diversidade populacional de mais de 24 milhões de vidas, sonhos e aspirações que sopram os ventos do Norte.

Cássio Nogueira.

Sociólogo e assessor da liderança do PT no Senado.